

MÍDIA E REPRESENTAÇÃO: MANIFESTAÇÕES EM 2013 E LAÇOS POLÍTICOS ENTRE PÚBLICOS E MEIOS

Media and Representation: Demonstrations in 2013 and Political Ties among Publics and Media

Medios y representación: Manifestaciones en 2013 y Vínculos Políticos entre Públicos y Medios

Carlos Figueiredo

Pesquisador de Pós-Doutorado no Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM/UFS), Doutor em Sociologia, Mestre em Comunicação e Jornalista.

Resumo

Este artigo discute a representação política exercida pelas mídias durante as manifestações de 2013 no Brasil. Analisamos o papel de três grupos atuantes dentro do campo midiático: a imprensa tradicional, representando o discurso neoliberal; a blogosfera lulista; representando os apoiadores do PT; e os midiativistas, representando o campo democrático participativo. A metodologia utilizada para entendermos as relações políticas entre as mídias e seus públicos é a Análise Crítica do Discurso.

Palavras-chave: Representação Política; Midialivismo; Movimentos Sociais; Esfera Pública; Hegemonia

Abstract

This paper discusses the political representation exercised by media during the manifestations that took place in Brazil in 2013. Three groups acting in the media field are analyzed: the traditional press, representing the neoliberal discourse; The lulista blogosphere; representing PT supporters; and Free media movement, representing the participatory democratic field. The methodology used to understand the political ties among the media and their publics is the Critical Discourse Analysis

Keywords: Political Representation; Free Media Activism; Social Movements; Public Sphere; Hegemony.

Resumen

Este artículo discute la representación política ejercida por los medios en las protestas ocurridas en Brasil en 2013. Se analizan tres grupos que actúan en el campo de los medios: Los medios tradicionales, que representan el discurso neoliberal, la blogosfera lulista; representantes de los partidarios del PT; e lo movimiento por medios libres; representantes del campo democrático participativo. La metodología utilizada para entender los diferentes medios es el Análisis Crítico del Discurso

Palabras clave: Representación Política, Movimientos por Medios Libres, Movimientos Sociales, Esfera Pública, Hegemonía.

Introdução

As manifestações de 2013 no Brasil fizeram explodir uma insatisfação, até então, silenciosa vinda dos mais diferentes setores da sociedade. Antes das manifestações, existiam, no Brasil, dois blocos midiáticos de maior visibilidade realizando as mediações entre representantes e representados. Nomeamos esses blocos de grande imprensa tradicional e a blogosfera lulista, que tinha menor visibilidade, mas penetração na internet. A imprensa tradicional é acusada de realizar oposição ao governo federal, comandado desde 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), enquanto a blogosfera lulista é apontada como veiculadora de um partidário acrítico, fechando os olhos para os erros e desvios dos governos petistas.

A partir das manifestações de 2013, há intensa polarização entre governistas e oposicionistas, mas o germe das manifestações fora um movimento político de esquerda desligado de partidos, o Movimento Passe Livre (MPL), que passa a ser atacado tanto pela mídia tradicional quanto pela blogosfera governista. O MPL lutava pelo cancelamento do aumento das passagens de metrô e ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, e incomodou tanto o governo municipal da cidade de São Paulo, liderado pelo PT quanto o governo do Estado de São Paulo, liderado pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB).

O enfraquecimento dos agentes do campo político de diferentes origens ideológicas e dos laços que mantinham com seus cidadãos fez com que surgisse espaço para que um outro tipo de ator midiático entrasse em cena naquele momento: os defensores do midialivismo. De acordo com Malini e Antoun (2013, p.22), o midialivismo surgiu, na década de 1980, como um desdobramento da cultura hacker e faz parte do universo do ciberativismo, ou seja, “ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede coletiva” (Idem, p.20).

Durante as manifestações, os meios de comunicação tradicionais procuram se colocar, apesar de se declararem imparciais, ao lado da oposição ao governo federal; os blogueiros governistas procuram produzir narrativas favoráveis ao PT. Os midialivistas empunhando celulares tentavam, pelo menos naquele momento, produzir um discurso de prote-

ção aos manifestantes. Além disso, portavam um discurso progressista inicialmente desvinculado do PT e da esquerda tradicional brasileira. Pode-se dizer que os diferentes meios de comunicação que disputavam a narrativa sobre as manifestações de 2013, de alguma forma representavam o seu público-alvo. Este estudo busca desvendar os mecanismos de representação estabelecidos entre os agentes do campo midiático e seus públicos a partir da Teoria dos Movimentos Sociais (Tarrow, 2009; Della Porta 2007), Sociologia Política e A Análise Crítica do Discurso. Dessa forma, pretendemos centrar nossa análise no que Tarrow (2009) considera oportunidades de confronto, ou seja, condições políticas que permitem aos agentes sociais realizarem ações coletivas ao invés de focar no uso de determinada tecnologia como repertório de protesto.

Para entendermos como os diferentes meios de comunicação participam da luta discursiva dentro da Esfera Pública e, assim, buscam representar e dar voz a determinado grupo, utilizaremos a Análise Crítica do Discurso. Nosso corpus é composto por matérias produzidas pelas diferentes mídias acerca das manifestações de junho de 2013. As matérias a serem analisadas são aquelas publicadas entre os dias 6 de junho, quando ocorre a primeira manifestação, a 19 de junho de dezembro de 2013, data da revogação da passagem pela Governo do Estado São Paulo e prefeitura da capital paulista.

Analisamos os jornais Folha de São Paulo e Estado de São Paulo, como representantes da imprensa tradicional. Os sites Conversa Afiada e Blog da Cidadania serão analisados como integrantes do que chamamos “Blogosfera governista”, grupo de sites que defendem os governos petistas, e buscam fazer um contraponto às críticas da grande mídia às ações daqueles governos. Os midialivistas estão representados pela Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) devido à grande repercussão de suas ações. Esse último grupo buscou, durante os protestos de 2013, representar dentro do campo midiático aqueles que estavam à esquerda no espectro político, mas não se identificavam com o governo federal, então liderado pelo PT. A Análise Crítica do Discurso serve como arcabouço para análise do nosso corpus. Essa linha de estudos discursivos, segundo Van Dijk (2008, p.1), foca na análise crítica da reprodução discursiva

do abuso, do poder e da reprodução da desigualdade social, utilizando conceitos como ideologia e hegemonia.

2. Os Antecedentes da Tormenta

“Um raio caído de um céu azul”. Assim as manifestações e protestos iniciados em junho de 2013 foram encarados por muitos analistas midiáticos e acadêmicos. A frase usada por Marx (2003) para descrever a forma como a ascensão de Luís Bonaparte ao poder foi encarada por intelectuais de meados do século XIX serve para ilustrar a reação de espanto com que foi recebido o ciclo de protestos inaugurado em junho de 2013. Entretanto, assim como no caso da ascensão de Luís Bonaparte ao poder na França, os antecedentes as manifestações de junho de 2013 já estavam presentes, apenas não haviam sido captados pelos analistas e comentaristas, sejam midiáticos ou acadêmicos. Uma insatisfação silenciosa vinda dos mais diferentes setores da sociedade explodiu e foi verbalizada naquele momento, um processo social muito parecido com a Espiral de Silêncio¹ descrita por Noelle-Neumann (1993). As altas taxas de popularidade dos diversos agentes políticos como Fernando Haddad, Dilma Rousseff e Geraldo Alckmin ruíram rapidamente com o desenrolar dos protestos 2013², fazendo seus respectivos capitais políticos evaporarem. Uma espécie de mal-estar já pairava no ar, mas não

¹ A cientista política alemã Elisabeth Noelle-Neumann percebeu um padrão nas eleições parlamentares alemãs em 1965 e 1972. A disputa entre o Partido Social-Democrata e o Partido da Democracia Cristã eram acirradas, segundo as sondagens de opinião. Entretanto, nas últimas semanas um dos partidos disparavam nas intenções de votos. Segundo Noelle-Neumann, aqueles que votaram no partido vencedor em ambas as eleições sentiam seu lado em desvantagem, não revelando seu voto por causa da pressão social. Acreditamos que um processo parecido possa ter ocorrido em relação ao desgaste dos agentes do campo político em 2013.

² De acordo com pesquisa conduzida pelo Datafolha, o Governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB) possuía 52% de avaliações boas e ótimas e 15% de péssimas entre 6 e 7 de junho. Esses números mudam para 38% de avaliações bom e ótimo e 15% de ruim ou péssimo entre 27 e 28 de junho. O então prefeito Fernando Haddad possuía 34% de avaliações ótimo e bom e 21% de ruim ou péssimo entre 6 e 7 de junho. Esses números se modificam para 18% de avaliações ótimo ou bom e 40% de ruim ou péssimo entre 27 e 28 de junho. (Anônimo, 2013, julho 01) Já Dilma Rousseff ostentava 57% de avaliações ótimo ou bom e 9% de ruim ou péssimo entre 6 e 7 de junho. Entre 27 e 28 de junho, Rousseff apresentava 30% de avaliações ótimo ou bom e 25% de ruim ou péssimo. (Anônimo, 2013, junho 29). Dois anos após as manifestações, os agentes do campo político não haviam recuperado a popularidade. (Anônimo, 2016, março 20).

fora captado pelas pesquisas de opinião, e vinha das mais diferentes classes e matizes políticas. A heterogeneidade das demandas e a falta de coesão programática dos manifestantes foram duas das marcas daqueles protestos. A nossa hipótese é que a razão desses descontentamentos diversos pode ser encontrada na existência de um curto-circuito entre representantes e representados causado pelo desgaste de agentes do sistema político, recrudescendo a disputa por consenso.

O estilo de governo que Singer (2012) chama de Lulismo, alicerçado em um reformismo fraco baseado em aumentos contínuos do salário mínimo e programas de redistribuição de renda, fez com que indivíduos da base da pirâmide social experimentassem uma rápida ascensão de seus padrões de renda. O Lulismo pode ser considerado uma forma de contornar determinados vetos impostos pelo que Nobre (2014) nomeia de peemedebismo, uma forma de organização do sistema político brasileiro que vigora desde redemocratização e a fundação da chamada Nova República, em 1985. Após o início da Nova República, é promulgada a Carta Magna de 1988, que transformaria diversas reivindicações dos movimentos populares em direitos. O peemedebismo é um arranjo político próprio do Brasil em que um Legislativo fragmentado, do ponto de vista partidário, impõe vetos e acordos ao partido que ocupa o Executivo, de forma a garantir os interesses de determinadas classes e grupos políticos.

Durante os trabalhos da Assembleia Constituinte para a construção da Constituição de 1988 foi criado o Centrão, uma constelação de partidos políticos que barraram as reivindicações de partidos populares por direitos, cuja atuação fora capitaneada pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Surgia ali, segundo Nobre (2014, p.11), o peemedebismo. O Centrão era formado por vários partidos cujos parlamentares possuíam interesses diversos. Esse grupo seria responsável por ditar o ritmo de reformas sociais ou de simplesmente vetá-las, durante os trabalhos da Assembleia Constituinte.

O termo Centrão deixará de ser usado, mas o arranjo político peemedebista continuará a existir: a formação de maiorias com interesses fragmentados, e capazes de produzir vetos a determinadas políticas e interesses. No decorrer da Nova República, surgiram até o momento dois partidos o PSDB e o PT, com quadros e estruturas capazes de gover-

nar o país depois das experiências malsucedidas do PMDB com Sarney (1985-1990) e do Partido da Reconstrução Nacional (PRN³) com Collor (1990-1992). Depois da experiência fracassada do governo Collor em sua relação com o Legislativo, os governos FHC, liderados pelo PSDB, passam a construir grandes maiorias parlamentares com adesão do PMDB e outras legendas de menor porte. Os governos petistas (2002 – 2016) repetem o mesmo arranjo político.

A Nova República surgiu em um momento de florescimento de diversos Movimentos Sociais cujas reivindicações tinham origem em questões do cotidiano: Clubes de mães, Conselhos de Saúde, Comunidades Eclesiais de Base e o Novo Sindicalismo do ABC paulista (Sader, 2010). Esses novos movimentos não tinham em sua agenda a realização de uma utopia ou revolução. Assentavam suas demandas nas experiências cotidianas de seus participantes, ainda que existissem ligações com partidos políticos à esquerda. Esses movimentos são parte de um processo de ressurgimento da sociedade civil que fora tornada inerte pelo regime militar. Várias reivindicações desses movimentos iriam se materializar em direitos formalizados na Constituição de 1988.

A partir da promulgação da Carta Magna, começa uma disputa pela efetivação dos direitos prometidos. Luta na qual os movimentos populares sofrem sucessivos reveses durante a década de 90, quando os governantes eleitos passam a adotar uma série de medidas ligadas ao receituário neoliberal. As políticas neoliberais prezam pela fraca presença estatal na economia e na garantia de direitos sociais, e atuação firme do Estado na garantia do livre funcionamento dos mercados e do comércio, e na garantia da integridade e qualidade da moeda. Esse receituário político-econômico ganha força no Brasil com a eleição de Fernando Collor de Melo (1990-1992), e prossegue nas políticas econômicas de Itamar Franco, sucessor de Collor, após este sofrer impeachment em razão de várias denúncias de corrupção, com a implantação do plano Real. Em 1994, o ministro da Fazenda do governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso

(1995-2002), membro do PSDB, é eleito com grande ajuda do sucesso do Plano Real no controle da inflação.

Dagnino (2004) analisa o problema dos direitos e da luta pela hegemonia travada entre o ideário neoliberal e os setores progressistas a partir da disputa semântica em torno dos termos sociedade civil, participação e cidadania durante a década de 1990. Essa crise discursiva resultaria numa “confluência perversa” entre os discursos do projeto neoliberal e de um projeto democrático participativo, que emergiu nas lutas pela redemocratização. O projeto democrático participativo buscava ser atuante na criação de espaços públicos onde a sociedade civil pudesse atuar em colaboração com o Estado, como os Orçamentos Participativos e os Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Havia uma tentativa, em contraposição, a partir do campo neoliberal, de ressignificar esses termos colocando ênfase na inserção social do indivíduo através do mercado e não a partir de direitos.

A vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) nas eleições presidenciais de 2002, em que o ex-líder sindical Luís Inácio Lula da Silva é eleito Presidente da República, acende a esperança de que muitas das promessas contidas na Constituição de 1988 fossem efetivadas como direitos. Após um começo de governo marcado pela aceitação integral do receituário neoliberal, o governo Lula começa a contornar os vetos do sistema político a políticas públicas redistributivas ao mesmo tempo em que se inseria no modelo peemedebista de relacionamento entre Executivo e Legislativo. A adoção do reformismo fraco lulista, não se dá apenas em razão de um conservadorismo das camadas subalternas em relação a mudanças bruscas, mas também a vetos do sistema político do legislativo a reformas estruturais. A partir das dificuldades iniciadas com o Escândalo do Mensalão⁴, o PT passa a distribuir o poder no melhor estilo peemedebista, trocando cargos por apoio como fizera o PSDB em seus dois governos (1994-2002). O governo passa a investir também em políticas de aumento do salário mínimo e redistribuição de renda como o Bolsa Família, o que causa um ciclo positivo

3 O PRN, na verdade, foi criado pelo ex-presidente e, atualmente Senador pelo Estado de Alagoas, Fernando Collor para abrigar sua candidatura em 1989. Collor manteve uma relação conflituosa com o Legislativo. Sem uma base legislativa forte, teve dificuldades de governar, e sucumbiu a escândalos políticos que culminaram no seu impeachment.

4 De acordo com Nobre (2014), o Mensalão teria sido uma forma do governo petista contornar o veto colocado pelo peemedebismo a partir de pagamentos diretos aos parlamentares em troca de votos. Dessa forma, o PT manteria o controle da máquina ao mesmo tempo em que garantiria a votação para projetos de interesse do governo.

na economia e melhor distribuição de renda.

O caráter progressista do Lulismo está no fato de que suas políticas colocaram em relevo parcelas da população, até então, socialmente invisíveis, ainda que de forma parcial. Os avanços são inegáveis, mas tratava-se uma inserção essencialmente via mercado. Os beneficiários desse aumento de renda continuavam não tendo acesso a serviços públicos básicos como saneamento, educação e saúde, apesar de passarem a consumir bens e serviços privados. Portanto, esses avanços podem ser perdidos diante da primeira crise econômica por não serem direitos coletivos, não estando garantidos por lei. As conquistas das políticas lulistas se pautaram na redução da pobreza, destacando-se o combate à miséria, e no fortalecimento do mercado interno sem confronto com o capital. Não há a construção de um horizonte de criação de bens públicos partilhados pela coletividade, e que gerem sua defesa.

O PT, a partir de seu reformismo fraco, flertava com o campo neoliberal, ao mesmo tempo que construía uma aliança com os setores peemedebistas, como fizera seu principal opositor, o PSDB. Por outro lado, o PT não abandona o discurso democrático participativo, ainda que não o coloque em prática, mantendo alianças com movimentos sociais e setores da sociedade civil que militam no campo popular. Esses grupos, muitas vezes, acabam absorvendo a racionalidade do campo político tradicional. Ocorre, nos termos de Habermas (1997), uma colonização de setores da luta popular pelo sistema político. Esses setores da Sociedade Civil que deveriam defender o mundo da vida da lógica dos subsistemas político e econômico como propõem Cohen e Arato (1992), acabam por forjar alianças com o governo, sendo tragados para dentro das estruturas estatais.

Diante de uma série de demandas díspares originárias do campo neoliberal, do campo democrático e do sistema político, regido pelo peemedebismo, o Lulismo acaba entrando em colapso, criando um curto-circuito na representação política, em que um conjunto de discursos díspares ligados tanto ao campo neoliberal quanto ao democrático participativo surgem nas manifestações de 2013. Os sintomas desse curto-circuito da representação aparecem no campo midiático.

A quase totalidade da mídia tradicional apresenta um discurso inicialmente contrário às manifestações convocadas pelo MPL e, em seguida busca controlar as narrativas,

classificando os protestos, marcados por demandas díspares, como “contra todos”, “contra a corrupção” ou separando os participantes dos protestos em “vândalos” e “manifestantes”. A mídia tradicional pode ser considerada, portanto, como defensora do discurso do campo neoliberal⁵. A blogosfera Lulista, composta por blogueiros alinhados ao governo petista, alinhava-se ao discurso do PT. A defesa, muitas vezes intransigente, desse grupo aos atos do PT e sua adesão à *Realpolitik* soa como uma colonização da comunicação pelos imperativos do sistema político. Enquanto o discurso ligado ao campo democrático participativo estava órfão de representação no campo midiático. Surgem, entretanto, novos movimentos sociais durante o governo petista, que vão buscar, ainda que de novas formas e usando novas estratégias, defender o discurso democrático participativo e um afastamento do próprio PT. As manifestações de 2013, a partir de 2013, o Movimento Passe Livre e os midiálistas da Mídia Ninja surgiam como possibilidades. Inicialmente, a Mídia Ninja parece representar no campo midiático um discurso próximo do campo democrático participativo.

O MPL, responsável pela fagulha que iniciaria a onda de manifestações, é um movimento que nasce fora do contexto da luta por redemocratização de fins da década de 1970. Pode ser classificado como parte de um novo grupo de movimentos que vêm ocupar o lugar dos movimentos surgidos no final dos anos 1970 e início dos 1980, e que começam a partir dos anos 1990 a ingressar no sistema político. Movimentos como o MPL surgem da necessidade de proteger o mundo da vida da colonização dos sistemas pelos subsistemas administrativo e econômico, que buscam impor uma racionalidade instrumental ao mundo da vida. Apesar das diferenças de demandas, o midiálistismo pode ser considerado, um movimento social da mesma geração que o MPL, compartilhando princípios políticos como a horizontalidade e o afastamento da institucionalidade, e surgem no mesmo contexto sociopolítico. Os valores desses movimentos também possuem semelhanças com aqueles defendidos pelos movimentos antiglobalização de fins da década de 1990, estudados por autores como Della Porta (2007).

⁵ Há exceções como a Revista Capital, que não pode ser considerada como inserida no campo neoliberal, mas exercendo, segundo sua própria linha editorial, um “apoio crítico” ao governo petista

3. Representação, Mídia e Movimentos Sociais em Junho de 2013

O fenômeno da representação política é extremamente complexo. Geralmente requer-se que as ações do representante sejam as mais próximas possíveis aos desejos do representado. “A representação é uma atividade essencialmente comunicativa, ocasionando o incorporamento simbólico de uma entidade previamente ausente” (Coleman, 2004, p.178) Para Miguel (2003), a representação não repousa apenas no poder de tomar decisões por outros, mas também na capacidade de decidir que temas entrarão agenda de discussão pública.

Nesse caso, os meios de comunicações, através dos critérios profissionais de seleção de notícias, exerceriam uma representação de caráter profissional, como cães de guarda do público. Entretanto, além do peso da linha editorial de cada veículo, os critérios de noticiabilidade estão imersos em uma ideologia própria dos jornalistas. Já a mídia radical, na qual podemos incluir os midialivristas não reclamam para si uma representação política travestida de representação profissional, mas de defesa de determinados grupos, ideologias e estilos de vida que não encontram espaço nos meios de comunicação tradicionais, como defende Downing (2004, p.21). “Entender os meios de comunicação como uma esfera de representação política é entendê-los como espaço privilegiado de disseminação das diferentes perspectivas e projetos dos grupos em conflito na sociedade” (Miguel, 2003, p.133).

Os meios de comunicação radicais realizam uma representação por compromisso ou virtual, como defendem Lavalle, Houtzager e Castello (2006, p.87), sem os laços legais da representação tradicional. Os midialivristas além de apoiarem movimentos sociais e grupos que guardam relações com eles, são eles próprios um movimento social, que possui como pauta a democratização dos meios de comunicação. Além de serem um recurso para os movimentos sociais e grupos que guardam relações com eles, os midialivristas são eles próprios um movimento social. O conceito de movimento social pode ser relacionado “à presença de redes de interações predominantemente informais, baseadas em crenças compartilhadas e na solidariedade, que se mobilizam acerca de temáticas conflituosas mediante o uso frequente de várias formas de protesto” (Della Porta, 2007, p.23).

As coberturas que os midialivristas fazem de manifestações, greves e ações de outros movimentos sociais são uma forma de protestar, de entrar em confronto com o Estado, o que Tarrow (2009) chama de repertório de confronto. Pois chamam a atenção através da produção midiática própria para possíveis distorções da cobertura da grande mídia sobre movimentos sociais e manifestações, ao mesmo tempo em que entram em confronto com o Estado ao publicizarem a violência policial sofrida por manifestantes. Podemos dizer, dessa forma, que os midialivristas procuram exercer uma representação por advocacy, defendendo direitos de grupos com pouco acesso à esfera pública.

Para lidar com a disputa de representações e discursos entre as diferentes mídias dentro da Esfera Pública, utilizaremos o conceito de hegemonia, justamente por enfatizar disputas de visões de mundo entre grupos ou classes. Gramsci (1991) ao cunhar o conceito de hegemonia defendeu que a vitória de qualquer classe e a tomada do aparelho estatal para que sejam duradouras deve passar pela disputa ideológica e a construção de um novo consenso. Em nossa interpretação, é dentro da Esfera Pública que se dá a disputa em torno do consenso.

4. A Disputa Discursiva em 2013

Organizados pelo Movimento Passe Livre (MPL), os protestos de Junho começaram a partir do dia de 6 de junho de 2013 e tinham uma demanda clara: a revogação do aumento da passagem de ônibus em R\$ 0,20 na cidade de São Paulo, o que elevaria seu preço para R\$ 3,20. Os protestos foram encarados de diferentes formas tanto pela grande mídia quanto pela blogosfera governista. Na mídia tradicional, os manifestantes são descritos como vândalos e extremistas de esquerda. Ao mesmo tempo, as demandas do movimento foram consideradas descabidas, pois o índice do aumento das tarifas estava abaixo da inflação acumulada desde o último reajuste. Os grandes meios de comunicação encararam os protestos como um estorvo para o cotidiano da cidade e uma afronta ao direito de ir e vir. Enquanto o noticiário era dominado por discursos negativos em relação às manifestações, os editoriais pediam um aumento da repressão policial sobre os manifestantes, desejo presente nos editoriais dos jornais Folha de São

Paulo, intitulado “Retomar a Paulista” (Anônimo, 2013, junho 13), e Estado de São Paulo, intitulado “Chegou a Hora do Basta” (Anônimo, 2013, junho 13a).

Mudanças na cobertura jornalística acontecem após a escalada de violência policial durante as manifestações do dia 13 de junho, durante o 4º Ato contra o Aumento da Tarifa. Manifestantes e Jornalistas são agredidos pela Polícia Militar e a partir dos dias 15 e 16 de junho a imprensa toma outra postura em relação às manifestações. O discurso dos grandes meios de comunicação passa a ser de apoio, mas a imprensa ainda procura exercer controle sobre a narrativa ao separar “manifestantes”, que atuariam de forma pacífica, e “vândalos”, pessoas que confrontam as forças policiais ou atacam patrimônio privado ou público.

Além disso, os protestos contra o aumento da passagem são transmutados, dentro da narrativa da grande imprensa, em “manifestações contra a corrupção” ou “contra todos”. Nesse segundo momento, as manifestações tornam-se destaque na cobertura da imprensa internacional e se espalham por 25 capitais do país. A Folha de São Paulo, por exemplo, abre a edição do dia 18 de junho, após protesto ocorrido no dia anterior, com a seguinte manchete: “Milhares vão às ruas ‘contra tudo’; grupos atingem palácios”. A capa daquela edição foi ocupada quase que em sua totalidade por notícias acerca do protesto. No mesmo dia o Estadão publica a matéria “Protestos se espalham pelas ruas do Brasil e põem governantes em alerta”. O texto enfatiza a grande adesão às manifestações, e ressalta seu caráter pacífico.

Uma nova onda de protestos, maior que as anteriores e com um leque de reivindicações mais amplo, voltou ontem a tomar conta das ruas de importantes cidades em diferentes pontos. A maior das manifestações, em São Paulo, reuniu 50 mil pessoas, segundo estimativas da PM. Foi a quinta na capital e a primeira sem manifestações de violência. Em todo o país, 230 mil pessoas foram às ruas.

Uma das principais características das marchas foram expressões de insatisfação e rejeição da política institucional. Em Brasília, os manifestantes conseguiram furar o bloqueio policial e invadiram a área externa do Congresso, aos gritos de ‘a-ha, u-hu, o Congresso é nosso’. (Anônimo, 2013, 18 de junho, p. A11)

Já a blogosfera governista possui uma relação dúbia com as manifestações. Os mesmos blogs e sites equilibram-se entre o apoio e a crítica. Alguns blogueiros apoiadores do PT buscam culpar o PSDB pelas manifestações, pois o partido governa o estado de São Paulo e é responsável pelas tarifas do metrô, ao mesmo tempo que eximiam Fernando Haddad, então Prefeito da capital paulista, que, na versão desses comunicadores, tentaria fazer com que as empresas de ônibus pagassem pela redução da tarifa, como Paulo Henrique Amorim (2013, junho 19). Em outro momento, o mesmo Amorim (2013, junho 18) chegou a sugerir que o MPL passara de crítico a aliado do prefeito Haddad, pois ambos defendem a análise da planilha de custos das empresas de ônibus. É possível avaliar que Amorim buscava ligar Haddad ao MPL, assumidamente apartidário, para proteger a imagem do petista.

Há, também, falta de compreensão em relação ao MPL e outros movimentos do tipo, principalmente quando analisamos matérias com a entrevista feita pelo jornalista (Amorim, 2013, junho 17) ao integrante do MPL, Lucas Monteiro. Amorim questiona se o militante é contra Dilma, Alckmin e Haddad, mostrando incompreensão em relação aos valores do movimento, e o entendimento equivocado de que uma ação política deve estar ligada a algum partido ou agente do campo político profissional. Outros blogueiros alinhados ao PT, como Eduardo Guimarães (2013) do Blog da Cidadania criticam fortemente as primeiras manifestações em seu início, acusando de despolitizadas, e de ignorarem a política e o poder. Outra acusação comum é a de que os militantes do MPL seriam inocentes úteis à serviço da oposição e da Globo.

Os jovens do Movimento Passe Livre são muito simpáticos. São “puros”: não se deixaram contaminar pela “maldição” da política. São inflexíveis como os milenaristas: serão os portadores da Justiça, da Harmonia e da Paz. Sua arma é a Constituição. E são de Classe Média. [...] Essas manifestações de jovens “puros” ou não dão em nada ou derrubam o Governo. (Amorim, 2013, junho 19)

O terceiro grupo atuando dentro do campo midiático é o midialivrista. A partir do dia de 18 de junho, no 6º ato contra o aumento das tarifas, que a Mídia Ninja, movimento adepto do midialivrismo, começa a cobrir as manifestações.

Fazendo uma cobertura em tempo real e crua dos protestos sem edições ou cortes com o apoio de *smartphones*, os “Ninjas” começaram a fazer uma cobertura apelidada pelos próprios de “Alta Fidelidade e Baixa Resolução” no site twitcasting. O importante seria captar o fato, independentemente da qualidade técnica. Partindo da ideia de horizontalidade, que permeia as práticas midialivristas, qualquer um poderia transmitir a partir da plataforma oferecida pela Mídia Ninja (Lorenzotti, 2014). O coletivo ganha notoriedade e passa a ser até mesmo copiado pelo canal por assinatura GloboNews, que coloca um repórter munido de celular para captar imagens em meio a manifestantes. Entretanto, é descoberto que o jornalista era, na verdade, um funcionário das Organizações Globo, causando a repulsa dos manifestantes presentes.

Após a atenção captada pelos Ninjas, descobriu-se que os militantes do movimento são ligados a um coletivo cultural chamado Fora do Eixo. Surgiram diversas polêmicas acerca do financiamento das atividades da Mídia Ninja e sua ligação com o Fora do Eixo. O coletivo organizava eventos com verbas advindas de editais do Ministério da Cultura (Minc). Porém, existiam denúncias de que os artistas que se apresentavam nos eventos receberiam o pagamento de seus shows através de uma moeda chamada Cubocard, que serviria para troca de shows por serviços.

Uma série de questionamentos surge a partir da revelação das relações entre Fora do Eixo e Mídia Ninja. Seria a Mídia Ninja bancada pelo dinheiro que o Fora do Eixo conseguia através de editais, ou seja, a partir da exploração do trabalho dos artistas ligados ao coletivo, ou seus detratores não compreendiam a nova lógica cooperativista do coletivo? O Fora do Eixo usaria a Mídia Ninja como braço político para se capitalizar politicamente e conseguir influência na disputa por editais no Minc? Esse capital político seria acumulado à custa da boa fé de militantes que na verdade estariam exercendo trabalho não-remunerado? São questionamentos que surgem antes mesmo da Mídia Ninja existir em um momento que o coletivo já fazia esse tipo de cobertura, como atesta texto do site Passa Palavra.

Mas, o que o Fora do Eixo apropria da manifestação? Eles se apropriam da comunicação para se projetarem, capturar o “status” de organizadores e depois capitalizar esse público em

seu circuito comercial. Esse método difere, por exemplo, de uma campanha do PT ou PSDB, pois não utiliza força de trabalho assalariada para construir sua base social. As ações do Fora do Eixo são a propaganda da organização para o alargamento do mercado e a manutenção de atividades gratuitas para angariarem simpatizantes. (Anônimo, 2011, junho 17)

4. Considerações Finais

O midialivrismo ganha notoriedade em um momento em que há não só um esgotamento da relação entre representantes e representados dentro da arena política, mas também uma queda de credibilidade tanto dos meios de comunicações tradicionais quanto dos blogs governistas. Essa crise dentro das disputas política e discursiva vem de longe. Dagnino (2004) analisa o problema dos direitos e da luta pela hegemonia travada entre o ideário neoliberal e os setores progressistas a partir da disputa semântica em torno dos termos sociedade civil, participação e cidadania durante a década de 1990 no Brasil. Essa crise discursiva resultaria numa confluência perversa entre o projeto neoliberal de estado mínimo de um lado e um projeto democrático participativo, que emergiu nas lutas pela redemocratização, que desembocaram na Constituição de 1988.

Quando o PT vence a presidência com Lula, apesar de as políticas públicas passarem a visar a inserção dos mais pobres, esta inclusão era pensada através do mercado consumidor apenas. Os serviços públicos como Saúde, Educação, Mobilidade Urbana, continuavam de baixíssima qualidade. Tudo isso acompanhado de escândalos de corrupção e alianças duvidosas como a celebrada com o PMDB, partido que acabou atuando como protagonista na queda da presidenta Dilma (PT). O midialivrismo surgia, naquele momento, como um dos movimentos sociais que representavam uma nova política à esquerda, desligada da institucionalidade e que buscava se apropriar das bandeiras progressistas próprias do campo democrático participativo da década de 1990. Entretanto, surgem contradições, que vão colocar em xeque as pretensões desse coletivo de se apresentar como representante do campo popular. Estaria a Mídia Ninja atuando a partir do que Habermas (1997) chama de racionalidade estratégica buscando amealhar poder?

Os movimentos midialivristas, durante as manifestações, exerceram uma representação por *advocacy*, ou seja, defesa de determinados direitos, e também a partir da cobertura que fazem de determinados temas. Mas a mídia tradicional e o campo neoliberal impuseram sua narrativa, e venceram a disputa pelo senso comum naquele momento. Outra consequência interessante foi o surgimento de movimentos como o Movimento Brasil Livre (MBL), Vem Pra Rua! e Revoltados Online, identificados com ideias à direita do espectro político e atuantes nas redes sociais, a partir das manifestações de 2013.

É preciso investigar outros coletivos de mídia com o objetivo de conhecermos outras experiências exitosas dentro do campo da Mídia Radical. As relações políticas desses coletivos precisam ser melhor investigadas para além da atitude celebratória em relação às suas ações, sem deixar de reconhecer sua importância para os movimentos sociais. A Mídia Ninja, por exemplo, aproximou-se bastante do PT durante as eleições de 2014, engajando-se na sua campanha. Essas relações precisam ser estudadas. Outras preocupações dizem respeito a como esses grupos lidam com a informação enquanto mercadoria e suas relações com os governos e partidos considerados de esquerda. A pesquisa pode se estender também a aspectos organizacionais desses grupos como as estratégias de comunicação dos militantes com seu público, assim como as estratégias de comunicação de movimentos de direita surgidos após as experiências de junho de 2013 e a representação que exercem junto a um novo público.

5. Referências

5.1 Livros e Artigos Acadêmicos

Carroll, W. K.; Hackett, R. (2006) Democratic Media Activism through the Lens of Social Movement Theory. *Media, Culture & Society*. v. 28, n.1 pp.83-104

Cohen, J.; Arato, A. (1992) *Civil Society and Political Theory*. Cambridge.

Coleman, S. (2005) New mediation and direct representation: reconceptualizing representation in the digital age. *New Media Society*. 7(2) 2005. p.177-198

Dagnino, E. (2004). *Construção Democrática, Neoliberalismo e Participação: os Dilemas de uma Confluência Perversa*. Política e Sociedade. 5. 2004. p.131-164

Della Porta, D. (2007). *O Movimento por uma Nova Globalização*. Loyola: São Paulo.

Downing, J. (2004) *Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais*. São Paulo.

Gramsci, A. (1991). *Maquiavel, o Príncipe e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Habermas, J. (1997) *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*. Volume II: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Lavalle, A. G.; Houtzager, P.; Castello, G. (2006) *Democracia, Pluralização da Representação e Sociedade Civil*. Lua Nova. 67.pp. 49-103

Lorenzotti, E. (2014) *Jornalismo Século XXI: O Modelo Mídia Ninja*. São Paulo: E-Galáxia. [Versão Kobo Epub].

Malini, F.; Antoun, H. (2013) *@ Internet e #Rua. Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais*. Porta Alegre: Sulina.

Marx, K. *O Dezoito de Brumário de Louis Bonaparte*. São Paulo: Centauro, 2003.

Miguel, L. F. (2003) Representação Política em 3-D. Elementos para uma teoria ampliada da representação política. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 18(51). pp. 123-140

Nobre, M. (2014) *Imobilismo em Movimento. Da Abertura Democrática ao Governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras.

Noelle-Neumann, E. (1993). *The Spiral of Silence*. 2ed. Chicago: The University of Chicago Press.

Sader, E. (2010) *Quando Novos Personagens Entram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Singer, A. (2012). *Os Sentidos do Lulismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Tarrow, Sidney. (2009) *O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político*. Petrópolis/RJ: Vozes.

Van Dijk, T. A. (2008) *Dicourse and Power*. New York: Palgrave Macmillan.

5.2 Matérias Jornalísticas e Artigos de Opinião

Anônimo (2011, junho 17) *A Esquerda Fora do Eixo. Passa Palavra*. Recuperado em 20 junho, 2016 de: <http://passapalavra.info/2011/06/41221>.

Anônimo (2013, junho 13). *Retomar a Paulista*. Folha de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 07 novembro, 2015 de: <http://www1.folha.uol.com.br/opinio/2013/06/1294185-editorial-retomar-a-paulista.shtml>.

Anônimo (2013, junho 13a). *Chegou a Hora do Basta*. O Estado de São Paulo, São Paulo. Recuperado em 07 novembro, 2015 de: <http://opinio.estado.com.br/noticias/geral,chevou-a-hora-do-basta-imp-,1041814>.

Anônimo (2013, 18 junho). *Protestos se espalham pelas ruas do Brasil e põem governantes em alerta*. São Paulo. Estado de São Paulo. Política. A11. Recuperado em 15 novembro, 2015 de: <http://acervo.estado.com.br/pagina#!/20130618-43708-nac-11-cid-a11-not>. (restrito a assinantes)

Anônimo (2013, 29 junho). *Popularidade de Dilma cai 27 pontos após protestos*. Folha de São Paulo. Recuperado

em 14 março, 2016 de: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>.

Anônimo (2013, julho 01). *Após protestos, aprovação de Alckmin e Haddad cai*. Folha de São Paulo. Recuperado em 14 março, 2016 de: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1304076-apos-protestos-aprovacao-de-alckmin-e-haddad-cai.shtml>.

Anônimo (2016, março 20). *Dois anos após manifestações, popularidade dos políticos não retomou patamares de 2013*. O Globo. Recuperado em 20 março, 2016 de: <https://oglobo.globo.com/brasil/dois-anos-apos-manifestacoes-popularidade-dos-politicos-nao-retomou-patamares-de-2013-16376679>.

Amorin, P. H. (2013, junho 17) *Lucas do MPL anulou o voto. Com aumento, ação segue*. Conversa Afiada. Recuperado em 13 dezembro, 2015 de: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/2013/06/17/lucas-do-mpl-anulou-o-voto-com-aumento-acao-segue>.

_____. (2013, junho 18) *Lucro dos empresários une Haddad e MPL*. Conversa Afiada. Recuperado em 13 dezembro, 2015 <https://www.conversaafiada.com.br/brasil/2013/06/18/lucro-dos-empresarios-une-haddad-e-mpl>.

_____. (2013, junho 19) *Haddad firme: quem vai pagar a redução?* Conversa Afiada. 19 jun 2013. Recuperado em 13 dezembro, 2015 de: <https://www.conversaafiada.com.br/politica/2013/06/19/haddad-firme-quem-vai-pagar-a-reducao>.

_____. (2013, junho 19) *PiG enfiou o passe livre no bolso. É o Golpe do Chávez*. Conversa Afiada. Recuperado em 19 junho, 2015 de: <https://www.conversaafiada.com.br/pig/2013/06/19/pig-enfiou-o-passe-livre-no-bolso-e-o-golpe-do-chavez>. Acesso em: 13 dez 2015.

Guimarães, Eduardo (2013, 18 junho). *O preço de*

deslegitimar o poder e a política. Blog da Cidadania. Recuperado em 13 dezembro, 2015 de: <http://www.blogda-cidadania.com.br/2013/06/o-preco-de-deslegitimar-o-poder-e-a-politica/>.

Cinco últimas Publicações

Figueiredo, C. (2015) Nem Comunitário, Nem Público. O Jornalismo de Prestação de Serviços da Rede Globo In: XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015, Rio de Janeiro. Anais do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro: Intercom.

_____. (2016) Internet, Comunicação Participativa e Movimentos Sociais: uma Análise a partir da Economia Política da Comunicação e da Teoria dos Movimentos Sociais In: XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2016, São Paulo. Anais do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo: Intercom,.

_____. (2016) Representação Política, Movimentos Midialivistas e Hegemonia: Projetos em Disputa no Discurso e nas Ruas In: XIII Congreso Latinoamericano de Investigadores de La Comunicación, 2016, Cidade do México. Memórias do XIII Congresso Latinoamericano de Investigadores de La Comunicación. Cidade do México: Asociación Latinoamericana de Investigadores de la Comunicación, v.03. p.97 – 102

Souza, A. S. ; Figueiredo, C. (2017) Entrevista com César Ricardo Siqueira Bolaño. In: Elen Cristina Gerales; Tânia Regina Oliveira Ramos; Juliano Domingues da Silva; Liliane Maria Macedo Machado; Vanessa Negrini. (Org.). Mídia, Misoginia e Golpe. Brasília: Faculdade de Comunicação-Universidade de Brasília, p. 52-55.

_____, C. (2017). Redes Sociais, Comunicação Alternativa e Colonização do Mundo da Vida: Possibilidades de Formação de Contrapúblicos em Rede. In: VI Encontro Nacional da Ulepcc Brasil, 2016, Brasília. Anais do VI Encontro Nacional da Ulepcc Brasil. Brasília: União

Latino Americana da Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, 2016. v.6. p. 10-17.

_____. (2017) Software Livre, Desenvolvimento e Criatividade: uma Análise a partir de Celso Furtado. Revista Quórum Acadêmico. Caracas. Aprovado para Publicação. No Prelo